



A CONSTRUÇÃO DAS CIÊNCIAS E O MÉTODO MARXIANO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Anne Adelle Gonçalves de Aguiar - Mestre em Política social pela UFMT. Membro do grupo de pesquisa Sociojurídico, Interdisciplinaridade e Assistência (UFMT). É professora universitária do Centro Universitário Várzea Grandense (Univag)/Cuiabá em nível de graduação pós -graduação, onde trabalha com as disciplinas do tronco comum ao Direito Público e Administração Pública.

E-mail: anneadelle@gmail.com

Cláudia Regina Paese - Doutoranda em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) e Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É membro do grupo de pesquisa POLITIZA da UNB.

E-mail: claudiapaese@gmail.com

Resumo

A ciência vem em um processo de construção ao longo de três ou quatro séculos, e há pelo menos metade desse tempo, as Ciências Sociais empreendem a busca por um estatuto com princípios próprios. Esse processo de consolidação passa pela construção de um método específico. O artigo propõe que o método marxiano é o mais indicado para desempenhar essa tarefa.

Palavras Chave: Ciências. Ciências Sociais. Método marxiano.

Abstract

Science comes in a building process over three or four centuries, and there are at least half that time, the social sciences undertake the search for a statute with its own principles. This process of consolidation involves the construction of a specific method. The article proposes that the Marxian method is the most suitable to perform this task.

Keywords: Science. Social Science. Marxian method.

1. Introdução

Um conjunto de mudanças foi experimentado em todas as áreas da vida social desde a segunda metade do século XIX, aceleradas a partir dos anos 50 do século XX. Essas alterações percorreram a esfera política, passando pela cultural, econômica e moral. Alguns as denominam de globalização, outros de sociedade da informação, outros ainda de novo paradigma da comunicação. Seu desdobramento provocou modificações significativas onde ocorreu. Esta conjuntura, herança do século passado, não deve ser desvinculada, entretanto, de outras mudanças ocorridas em momentos históricos anteriores (Caraça, 2004).

Tais mudanças, juntamente com a noção de finitude da Terra e da possibilidade de esgotamento da natureza, fizeram a humanidade compreender que é parte de um complexo que lhe serve de suporte, levando à compreensão de que o ser humano não consegue reconhecer onde começa o seu sistema e onde começa o contexto em que ele está inserido (Caraça, 2004). Trata-se de uma imposição metodológica para as ciências que se ocupam dos processos sociais. É neste contexto material e científico que a obra de Marx emerge com a energia intelectual que lhe é característica, em particular pelo seu conceito de “totalidade”. Este é uma tentativa de resgatar a compreensão das manifestações do ser em suas várias dimensões, a fim de fazer emergir a completude de suas determinações em um todo lógico, estruturado por uma metodologia científica adequada, assim, à complexidade do real.

A fim de analisarmos de modo consequente a concepção marxista do método científico, portanto, abordaremos sua problemática pelo tratamento de dois momentos conexos com o desenvolvimento do método de Marx — como surgiu a ciência moderna e a relação entre ciências sociais e naturais —, para encerrar com a sua abordagem, propriamente dita.

2. A gênese da ciência

As dimensões do político, do cultural, do social, do humano são o que configura a dinâmica do mundo em que vivemos, cujo movimento está assentado no conhecimento (Santos, 2006). O surgimento do capitalismo alojou em mãos humanas, de forma definitiva, o domínio sobre o natural ou, pelo menos, o induziu a tentá-lo. A indústria — da qual Marx tanto se ocupou —, mesmo diante da impossibilidade do completo controle sobre a natureza, mas inerente à existência do modo de produção

capitalista, é a personificação da capacidade humana de modificar, de alterar ou de dominar a natureza.

Essa possibilidade de domínio, de modificação do mundo, só é viável a partir do desenvolvimento de nosso conhecimento. A formação e acumulação do saber, por sua vez, dão-se pela construção e desenvolvimento do senso comum, da ciência, da religião, etc. Do senso comum se ocupa a dinâmica do dia a dia, a noção de desenvolvimento natural da sociedade. Da construção da ciência se ocupam os cientistas, ou os que pretendem sê-lo.

Ao pensar no desenvolvimento da ciência, observamos que sua construção nos últimos trinta anos induz à percepção de que o avanço percorrido nesse período faz os séculos iniciais do desenvolvimento científico serem identificados como a sua pré-história.

[...] quando, ao procurarmos analisar a situação presente das ciências no seu conjunto, olhamos para o passado a primeira imagem é talvez a de que os progressos científicos dos últimos trinta anos são de tal ordem dramáticos que os séculos que nos precederam desde o século XVI, onde todos nós, cientistas modernos, nascemos, até ao próprio século XIX não são mais que uma pré-história longínqua. (Santos, 1988, p. 46)

A elaboração do conhecimento científico moderno se inicia no século XVI. Mas, e as Ciências Sociais, que lugar ocupam nesta trajetória do saber? Sua história é recente, ao contrário das naturais, apesar de já bastante avançada enquanto luta pelo seu reconhecimento, autonomização, construção de um estatuto próprio.

Mas se fecharmos os olhos e os voltarmos a abrir, verificamos com surpresa que os grandes cientistas que estabeleceram e mapearam o campo teórico em que ainda hoje nos movemos viveram ou trabalharam entre o século XVIII e os primeiros vinte anos do século XX, de Adam Smith e Ricardo a Lavoisier e Darwin, de Marx e Durkheim a Max Weber e Pareto, de Humboldt e Planck a Poincaré e Einstein. [...] E de tal modo é assim que é possível dizer que em termos científicos vivemos ainda no século XIX e que o século XX ainda não começou, nem talvez comece antes de terminar. E se, em vez de no passado, centramos o nosso olhar no futuro, do mesmo modo duas imagens contraditórias nos ocorrem alternadamente. Por um lado, as potencialidades da tradução tecnológica dos conhecimentos acumulados fazem-nos crer no limiar de uma sociedade de comunicação e interactiva libertada das carências e inseguranças que ainda hoje compõem os dias de muitos de nós: o século XXI a começar antes de começar. Por outro lado, uma reflexão cada vez mais aprofundada sobre os limites do rigor científico combinada com os perigos cada vez mais verossímeis da catástrofe ecológica ou da guerra nuclear fazem-nos temer que o século XXI termine antes de começar. (Santos, 1988, p. 46)

Apesar de não ser o único, o conhecimento científico recebeu status privilegiado na modernidade (Santos, 1988), atingindo uma posição de supremacia em relação a

outros modos de saber na atualidade. O movimento de promoção da ciência envolve todas as sociedades. Cômicos do privilégio gerado a partir do monopólio de detenção do conhecimento, os atores sociais têm empreendido intensas discussões acerca da natureza da ciência, suas potencialidades, os seus limites e sua contribuição para a sociedade. Esse empreendimento decorre do fato de as formas privilegiadas de conhecimento conferirem privilégios extracognitivos, sociais, políticos e culturais a quem o detém. Quanto maior é o seu reconhecimento, maior é a possibilidade de conformação com a sociedade, para dar sentido ao seu passado e perspectiva ao seu futuro (Santos, 1988).

Desde o século XVII, as sociedades ocidentais despendem maior atenção aos níveis epistemológicos e sociológicos do conhecimento que é designado como ciência moderna.

Quaisquer que sejam as relações entre esta ciência e outras ciências anteriores, ocidentais e orientais, a verdade é que esta nova forma de conhecimento se autoconcebeu como um novo começo, uma ruptura em relação ao passado, uma revolução científica, como mais tarde viria a ser caracterizada. Desde então, o debate sobre o conhecimento centrou-se na ciência moderna, nos fundamentos da validade privilegiada do conhecimento científico nas relações deste com outras formas de conhecimento (filosófico, artístico, religioso, etc...) nos processos (instituições, organizações, metodologias) de produção da ciência e no impacto da sua aplicação. (Santos, 2006, p. 18)

O investimento no desvelamento, na compreensão do que seja, do que se compõe e de como conduzir o conhecimento científico, não é despropositado. A ciência assumiu relevância na sociedade, em decorrência do que significa o domínio do conhecimento para os grupos sociais.

O que distingue o debate moderno sobre o conhecimento dos debates anteriores é o fato da ciência moderna ter assumido a sua inserção no mundo mais profundamente do que qualquer outra forma de conhecimento anterior ou contemporânea: propôs-se não apenas compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo. (Santos, 2006, p. 18)

Os últimos três séculos carregam a efervescência dos debates sobre as ciências, cuja centralidade vai da compreensão do que seja natureza até o sentido das transformações do mundo operadas pelo conhecimento científico. Alguns fatores são, de acordo com Santos (2006), determinantes desse processo: o crescimento da produção científica, resultando no aumento da eficácia tecnológica; as transformações do conhecimento que, transformado em força produtiva, denuncia uma complexa e inevitável relação entre ciência e mercado.

Esta é uma das questões que Marx (1989) destacou em sua análise da indústria, a

ponto de afirmar que a ciência está “a soldo do capital”. Quando isto ocorre, segundo o teórico alemão, a ciência perde a dimensão da totalidade, pois se torna um empreendimento voltado para um único objetivo, a reprodução capitalista. A fim de recuperar esta potência da atividade científica, Marx propõe uma metodologia adequada ao entendimento do objeto das ciências sociais.

3. Relação entre Ciências Sociais e ciências naturais: problemas teóricos e metodológicos

Algumas questões têm sido alvo de debate no mundo da ciência: qual é a relação entre o conhecimento científico e a realidade que pretende conhecer? Este conhecimento representa, descobre, cria ou inventa a realidade que intenta explicar? Quais são os critérios de adequação ou correção destas relações? O saber científico aspira à verdade, à eficácia, à verossimilhança, à coerência e à referencialidade? Se as suas verdades em um dado momento histórico têm sido refutadas em momentos posteriores, há algo mais na verdade do que sua história? O modo como a ciência está organizada e como se realiza interfere no tipo de validade do conhecimento que produz? Como devem interagir os cientistas com o resto da sociedade nos processos de decisão? (Santos, 2006).

Esses pontos — e que pautam os debates na atualidade —, são, na verdade, frutos de uma autêntica “Guerra de Ciência” (Santos, 2006). Trata-se de um tensionamento entre o que se tem posto nas ciências naturais e o que se está construindo nas Ciências Sociais. O padrão de racionalidade instaurado na geração de saber, desde a primeira revolução científica no século XVI, é inspirado pelas ciências naturais. Imperou absoluto até o ‘surgimento’, ‘desenvolvimento’ ou ‘criação’ das Ciências Sociais (Santos, 1988).

Por muito tempo, o conhecimento científico se desenvolveu como sinônimo de estudo da natureza. Ocorre que realidades como o Estado, os direitos e a sociedade civil passaram a assumir proeminência na sociedade ocidental. Materializou-se, então, a formação de um campo do saber com a finalidade de desvelá-las. Emergiu, assim, um campo de luta pela construção de um novo paradigma científico, de um novo ramo das ciências, as ciências da sociedade.

A nova ordem insurgente, por assim dizer, a partir da Revolução Burguesa, e as mudanças significativas decorrentes, foram, por vezes, identificadas como uma nova



ordem social. Com o desenvolvimento da contradição entre burguesia e proletariado, gerou-se uma demanda por explicações racionais daquilo que compunha o complexo insurgente a partir da nova dinâmica social¹. Como o conhecimento científico e o racionalismo já estavam consolidados àquela época, a ‘exigência’ de um conhecimento ‘verdadeiro’, ou seja, com caráter científico, era necessário para tentar sanar qualquer dúvida de legitimidade que pairasse sobre a nova ordem da sociedade e sobre o novo modo de produção emergente.

No plano social, é esse também o horizonte cognitivo mais adequado aos interesses da burguesia ascendente que via na sociedade em que começava a dominar o estágio final da evolução da humanidade (o estado positivo de Comte; a sociedade industrial de Spencer; a solidariedade orgânica de Durkheim). Daí que o prestígio de Newton e das leis simples a que reduzia toda a complexidade da ordem cósmica tenham convertido a ciência moderna no modelo de racionalidade hegemônica que a pouco e pouco transbordou do estudo da natureza para o estudo da sociedade. (Santos, 1988, p. 51)

As Ciências Sociais nasceram, portanto, com a pretensão de ser conhecimento científico, em um universo epistemológico dominado pelas ciências naturais. Essa foi, por muito tempo, uma grande dificuldade, o que ainda hoje gera dificuldades no trato científico das matérias atinentes ao campo de estudo dos assuntos da sociedade. Não se tratava de uma mera dificuldade de aceitação ou de reconhecimento de um saber que se ocupava de um objeto que não fosse a natureza, e sim de reconhecimento e legitimação de um campo de estudo sobre um novo objeto. A nova ciência que se pretendia — apesar de nova — se apropriava da construção teórica antiga.

O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. Ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às Ciências Sociais emergentes. (Santos, 1988, p. 48)

As Ciências Sociais, inicialmente, se fundamentaram em princípios epistemológicos e metodológicos característicos do estudo da natureza desde o século XVI. Era a primeira grande dificuldade. A segunda foi construir um campo de investigação baseado em um estatuto próprio, norteado pelo emprego da noção de especificidade do ser humano, e o reconhecimento deste como polar em relação à natureza (Santos, 1988).

Essas “descobertas”, com o deslocamento de centralidade desse campo do

¹ No século XVIII este espírito precursor é ampliado e aprofundado. O fermento intelectual que daí resulta, as Luzes, criará condições para a emergência das Ciências Sociais no século XIX. (Santos, 1988).



conhecimento, envolve várias questões. A discussão sobre a luta pelo reconhecimento, entretanto, ou pela conquista de um estatuto próprio, das Ciências Sociais, passa, essencialmente, pela discussão de método, tanto do que seja o método, bem como no que diz respeito a sua operacionalização. A diferenciação entre ciências naturais e sociais é perceptível. Os princípios e os objetos de estudo, e a própria racionalidade, são parâmetros diferenciadores de uma e de outra.

Pela consideração do objeto das Ciências Sociais, cuja característica mais eminente era sua subjetividade, já que quem compunha o tecido social é o ser humano, e este é imprevisível, a identificação ou o desenvolvimento de um método próprio foi, por muito tempo, o gargalo do processo de cientificização desta.

A questão do método é um dos problemas centrais (e mais polêmicos) da teoria social — demonstra-o o esforço dos clássicos das Ciências Sociais: não foi por acaso que Durkheim [...] se ateu à construção de um método para a sociologia e que Weber [...], além de se ocupar da conceptualização das categorias sociológicas, escreveu largamente sobre metodologia. Por isto mesmo, toda aproximação séria a tais ciências implica um esforço de clarificação metodológica [...]. E não é casual que sempre que elas foram objeto de questionamento, o debate metodológico esteve em primeiro plano — assim ocorreu, por exemplo, quando se tornou visível, nos anos 1970, a crise da sociologia acadêmica [...], e assim voltou a verificar-se quando, já aprofundada esta crise, as Ciências Sociais desenvolveram explicitamente a discussão sobre os “paradigmas” [...]. (Netto, 2012, p. 1)

O trato do método é uma questão delicada nas Ciências Sociais, pois além do divórcio que estas devem fazer das ciências naturais, envolve compreender a racionalidade a partir de um objeto de natureza distinta, a fim de recriar o sentido de racionalidade dentro de uma aparente irracionalidade.

4. Marxismo: uma metodologia para as Ciências Sociais

Em função do exposto acima, a investigação do método em Marx, cientista foco deste trabalho, é pertinente. O método marxiano se apropria da totalidade, considerando as particularidades históricas; aborda o real como conexo — em todas as suas dimensões — ao modo de produção vigente, que acaba por gerar um nível de sociabilidade característico deste.

Compreender o método marxiano envolve uma compreensão deste a partir de uma totalidade. Erros comuns podem ser cometidos, se uma apropriação for feita a partir de uma obra ou outra deste autor. Coerente com a teoria por ele construída, a investigação de seu método deve ser empreendida a partir a leitura do jovem Marx para o velho



Marx². O correto é percorrer a totalidade de sua obra, considerando as particularidades inerentes a cada momento em que foi elaborada, sem descolá-la do contexto sócio-político e econômico em que estava inserida.

A construção teórica de Marx tem como marco inicial o confronto com a filosofia hegeliana, muito influenciada pelo materialismo de Feuerbach. Foi estimulada pelas elaborações do campo da economia política feitas por Engels, ao analisar a sociedade moderna a partir da sociedade burguesa ‘revolucionária’, contraditoriamente nascida ainda na ordem feudal (Netto, 2012).

Para elaborar seu pensamento, Marx não partiu do nada, por assim dizer, não ‘criou’ conhecimento absolutamente novo. Marx se apropria de uma tradição epistemológica existente, mas a partir de um posicionamento crítico.

Alicerçando essa pesquisa de toda uma vida, além do profundo conhecimento que Marx adquiriu em seu trato com os maiores pensadores da cultura ocidental e da sua ativa participação nos processos político-revolucionários da época, está a sua re-elaboração crítica do acúmulo cultural realizado a partir do Renascimento e da Ilustração. Com efeito, a estruturação da teoria marxiana socorreu-se especialmente de três linhas-de-força do pensamento moderno: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês [...]. Numa palavra: Marx não fez tábula rasa do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele. (Netto, 2012, p. 4)

Esse cuidado demonstra o rigor do método. Marx se ocupou, acima de qualquer coisa, de uma análise da sociedade burguesa, no intuito de desvelar a sua estrutura e sua dinâmica de funcionamento. Nesse caminho, apesar de se dizer o contrário, Marx não refuta teorias pregressas. Não se apropria de modo acrítico de teorias desenvolvidas por pensadores já respeitados enquanto cientistas. Ocupa-se, ao invés disso, de um longo processo de compreensão destes, para, a partir de uma análise crítica, desconstruir os conceitos e propor suas categorias de pensamento.

Isto quer dizer, simplesmente, que o método de Marx não resulta de descobertas abruptas ou de intuições geniais – ao contrário, resulta de uma demorada investigação: de fato, é só depois de quase quinze anos das suas pesquisas iniciais que Marx formula com precisão os elementos centrais do seu método, formulação que aparece na “Introdução”, redigida em 1857, aos manuscritos que, publicados postumamente, foram intitulados Elementos fundamentais para a crítica da economia política. Rascunhos. 1857-1858 [...]. É nestas poucas páginas que se encontram sintetizadas as bases do método que viabilizou a análise contida n’O capital e a fundação da teoria social de Marx. (Netto, 2012, p. 4)

Vale a pena discorrer, mesmo que de forma breve, sobre o significado da teoria no

² Apesar de parecer lugar comum, a apreciação do método em Marx a partir da leitura do jovem Marx, é uma forma de manter a fidelidade ao modo como o próprio autor desenvolveu suas categorias de pensamento: a partir da totalidade, considerado as particularidades.



interior do desenvolvimento das categorias marxianas. Para Marx, teorizar não significa apenas uma análise de um objeto, com uma descrição e modelos explicativos, sustentada por hipóteses relacionadas com um movimento de causa e efeito, processo utilizado pelas ciências até então (Netto, 2012). Marx identifica a teoria com uma forma de manifestação do pensamento, bem como a arte e o conhecimento prático da vida (Marx, 1982). Uma teoria desenvolvida sobre um dado objeto é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, independente das representações que o pesquisador carrega consigo. Para Marx, o conhecimento teórico é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito, e esse conhecimento será tão mais verdadeiro quanto mais o sujeito for fiel ao objeto (Netto, 2012). A diferenciação sobre o significado de teoria aponta um diferencial metodológico em Marx.

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado. (Marx, 2002 *apud* Lara, 2007, p. 79)

A preocupação de Marx com a diferenciação no trato do conhecimento teórico é uma característica metodológica da teoria marxiana, que aborda o objeto de pesquisa de forma objetiva, independente do pesquisador. O objeto de pesquisa de Marx, no entanto, é a sociedade, um sistema de relações construído a partir das relações humanas, produto da ação recíproca dos homens, na forma de relação entre classes. Esse tratamento não representa uma mera relação de externalidade entre o sujeito e o objeto. O pesquisador não está deslocado do seu objeto, pelo contrário, está nele inserido, é um dos atores que constroem as relações do tecido social.

Deve-se destacar que a ação recíproca, segundo o marxismo, ocorre entre classes sociais. Para Marx, não há interação entre subjetividades, entre individualidades, mas, em todas as situações, entre coletivos. Não é o indivíduo A que interage com o indivíduo B, é a burguesia que se relaciona com o proletariado. Esta concepção é fundamental, pois decorre da premissa metodológica marxiana a respeito da totalidade como categoria fundante de sua metodologia para a ciência. Do mesmo modo como não é possível conceber o indivíduo como pura subjetividade — por isso, em Marx, a interação ocorre entre coletividades e não entre consciências individuais —, não é exequível considerar a ciência como uma atividade desvinculada de fatores sociais, políticos e econômicos. Não por outra razão, Marx (1989) identifica uma relação



profunda entre ciência, tecnologia e capital. Significa que o problema das relações de classe não está ausente das considerações a respeito do método científico. Por mais que Weber (1992) esteja correto em afirmar que os indivíduos agem de modo significativo, a atribuição de significado às suas ações ocorre nos termos da classe social a que pertence. A visão de mundo não é uma abstração, mas uma formulação concreta. (Marx, 2007; Kosik, 1989). Não é possível, portanto, conceber a liberdade científica sem os determinantes sociais associados a diferentes posições na estrutura da produção.

Após se aproximar do materialismo, claramente influenciado por Feuerbach, e desenhar a sua crítica a Hegel, é na obra “Ideologia Alemã” que surge a primeira formulação precisamente marxiana. Suas análises na “Ideologia” partem do real e seu objeto de investigação são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais produzidas por suas ações.

Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde [...]. A consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx e Engels, 2007 *apud* Netto, 2012, p. 8)

Essa relação entre concreto e abstrato, bem como a construção a partir de uma análise crítica das teorias hegelianas e feuerbachianas, foi essencial para o desenvolvimento da concepção marx-engeliana a respeito da sociedade burguesa, aprofundada nos anos seguintes. Marx e Engels identificaram que a sociabilidade resultava de modo elementar do trabalho. A categoria “trabalho” é central nos desenvolvimentos do método marxiano, pois, para eles, as relações estão intimamente ligadas às forças de produção. Para Marx, quando o homem adquire novas forças produtivas, estas transformam o seu modo de produzir bens e, ao transformá-lo, alteram a maneira de ganhar a sua vida, influenciando suas relações sociais.

Identifica-se um deslocamento dos estudos marxianos, da crítica da filosofia para a crítica da economia política. Ao se dedicar obsessivamente ao estudo da sociedade burguesa, Marx concebe o recorte preciso de seu objeto de estudo e o método de investigação. O enfoque se desloca da Filosofia para a Economia e passa a investigar a produção material, o que implica ter como objeto de estudo o modo de produção capitalista.

Marx está convencido, em função dos estudos históricos que já realizara, de que “a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção”. E deixa bem claro que o conhecimento rigoroso

da sua produção material não basta para esclarecer a riqueza das relações sociais que se objetivam no marco de uma sociedade assim complexa. (Netto, 2012, p. 11)

De “Para a crítica da economia política” extrai-se uma citação que sintetiza o processo de investigação de Marx.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levantava uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com a relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (Marx, 1982 *apud* Netto, 2012, p. 15-16)

Essas são algumas das bases em que foi assentada a construção teórica de Marx e Engels. As conexões se articulam em três categorias teórico-metodológicas que, segundo Neto (2012), são as categorias nucleares do método marxiano, quais sejam: totalidade, contradição e mediação. O seu encadeamento estruturado pelo filósofo alemão abriu às Ciências Sociais um campo fértil para o desenvolvimento de uma metodologia. Seu método confere a esta área do conhecimento a especificidade necessária à adequada abordagem da complexidade do objeto de que ocupa.

5. Conclusão

Para concluir, podemos afirmar que a totalidade marxiana se constrói a partir da observação de que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta, de máxima complexidade formada por totalidades de menor complexidade. Observa-se que Marx não considera a sociedade um conceito macro constituído de uma somatória de indivíduos apontados como conceitos micros. Marx trata o tecido social como um todo complexo, constituído de totalidades menos complexas.

A totalidade burguesa é uma totalidade dinâmica, no entanto, e em razão desse dinamismo, assume um caráter contraditório (Netto, 2012), já que a sociedade não é um tecido amorfo, inerte. Pelo contrário, a sociedade é um complexo em constante processo

de transformação.

As relações que geram o dinamismo que faz existir o tecido social, assumem relevância na construção do método aqui estudado, pois as relações nunca são diretas (Netto, 2012), são mediadas pelos níveis de complexidade e pela estrutura diferenciada de cada totalidade. Se assim não o fosse, a sociedade burguesa seria interpretada como um todo homogêneo, indiferenciado, contrapondo-se ao conceito de concreto construído como unidade do diverso, categoria fundante e essencial para toda a construção metodológica aqui apresentada e formulada por Marx.

Referências Bibliográficas

CARAÇA, João. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

LARA, Ricardo. **Pesquisa e Serviço Social**: da concepção burguesa de Ciências Sociais à perspectiva ontológica. *Katálysis*, v. 10, n. esp., p. 73-82, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Neto,%20Jose%20Paulo/Introducao%20ao%20metodo%20da%20teoria%20social%20ou%20Introducao%20ao%20metodo%20de%20Marx.pdf2012> Acesso em: 08 jan. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução. In. _____. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.